

## AS DÉCADAS DE CRISE

*Perguntaram-me outro dia sobre a competitividade dos Estados Unidos e eu respondi que nunca penso nisso. Nós do NCR pensamos em nós mesmos como uma empresa globalmente competitiva que por acaso tem sede nos Estados Unidos.*

Jonathan Schell, *New York Newsday* (1993)

*Num nível particularmente nevrálgico, um dos resultados (do desemprego em massa) pode ser um progressivo distanciamento entre o resto da sociedade e os jovens que, segundo pesquisas contemporâneas, ainda querem empregos, por mais difíceis que sejam de conseguir, e ainda esperam carreiras significativas. Em termos mais amplos, deve haver algum perigo de que a próxima década seja uma sociedade em que não apenas “nós” seremos cada vez mais separados “deles” (as duas partes representando, muito grosso modo, a força de trabalho e a administração), mas em que os grupos majoritários se cindirão cada vez mais, com os jovens e relativamente desprotegidos em oposição aos membros mais bem protegidos e mais experientes da força de trabalho.*

Secretário-geral da OCDE (*Investing*, 1983, p. 15)

### I

A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo — a URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” — desabou inteiramente. Mesmo assim, durante muitos anos os problemas econômico ainda eram “recessões”. O tabu de meio século sobre o uso do termo “depressão”, lembrança da Era da Catástrofe, não foi inteiramente rompido. O simples uso da palavra poderia conjurar a coisa, embora as “recessões” da década de 1980 fossem “as mais sérias em cinquenta anos” — uma expressão que na verdade evitava especificar o período de fato, a década de 1930. A civilização que elevara a magia verbal dos publicitários à condição de um princípio básico de economia foi colhida em seu próprio mecanismo de ilusão. Só no início da década de 1990 encontramos o reconhecimento — como, por exemplo, na Finlândia — de que os problemas econômicos do presente eram de fato piores que os da década de 1930.

Em muitos aspectos, isso era intrigante. Por que deveria a economia mundial ter-se tornado menos estável? Como observaram economistas, os elementos que estabilizavam a economia eram de fato mais fortes agora que antes, embora governos de livre mercado, como

os dos presidentes Reagan e Bush nos EUA, e da sra. Margaret Thatcher e seu sucessor na Grã-Bretanha, tentassem enfraquecer alguns deles (*World Economic Survey*, 1989, pp. 10-1). Controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil “ciclo de estoques” da velha produção em massa, que resultava em enormes estoques “só para a eventualidade” de serem necessários em épocas de expansão, e depois parava de chofre quando os estoques eram liquidados em épocas de contração. O novo método, iniciado pelos japoneses, e tornado possível pelas tecnologias da década de 1970, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer os vendedores *just in time* (na hora), e de qualquer modo com uma capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudança. Não seria a era de Henry Ford, mas da Benetton. Ao mesmo tempo, o simples peso do consumo do governo e da parte da renda privada que vinha do governo (“pagamentos de transferência”, como a seguridade social e a previdência) também estabilizaram a economia. Juntos, equivaliam a um terço do PIB. Se tanto, ambos aumentaram na era de crise, quando mais não fosse porque aumentou o custo do desemprego, pensões e assistência médica. Como essa era ainda continuava no fim do Breve Século XX, talvez tenhamos de esperar alguns anos até que os economistas possam usar a arma última dos historiadores, a visão retrospectiva, para encontrar uma explicação convincente.

Evidentemente, a comparação dos problemas econômicos das décadas de 1970-90 com os do entreguerras é falha, embora o medo de outra Grande Depressão tenha perseguido essas décadas. “Pode voltar a acontecer?”, era a pergunta feita por muitos, sobretudo após um novo e dramático (e global) *crash* na Bolsa americana em 1987 e uma grande crise de câmbio internacional em 1992 (Temin, 1993, p. 99). As Décadas de Crise após 1973 não foram mais uma “Grande Depressão”, no sentido dos anos 30, do que as décadas após 1873, embora também elas recebessem esse nome na época. A economia global não desabou, mesmo momentaneamente, embora a Era de Ouro acabasse em 1973-5 como alguma coisa bem semelhante a uma depressão cíclica bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas “economias de mercado desenvolvidas” em 10% em um ano, e o comércio internacional em 13% (Armstrong, Glyn, & Harrison, 1991, p. 225). O crescimento econômico no mundo capitalista desenvolvido continuou, embora num ritmo visivelmente mais lento do que durante a Era de Ouro, com exceção de alguns dos “países em recente industrialização”, ou NICS (sobretudo asiáticos) (ver capítulo 12), cujas revoluções industriais só haviam começado na década de 1960. O crescimento do PIB das economias avançadas até 1991 mal foi interrompido por breves períodos de estagnação nos anos de recessão de 1973-5 e 1981-3 (OCDE, 1993, pp. 18-9). O comércio internacional nos produtos da indústria, motor do crescimento mundial, continuou, e nos anos de *boom* da década de 1980 até mesmo se acelerou num ritmo comparável ao da Era de Ouro. No fim do Breve Século XX, os países do mundo capitalista desenvolvido se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica.

Por outro lado, a situação em regiões particulares do globo era consideravelmente menos cor-de-rosa. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB *per capita*. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos da década nas duas primeiras dessas regiões, e

por alguns anos na última (*UN World Economic Survey*, 1989, pp. 8 e 26). Ninguém duvidou seriamente de que, para essas partes do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão. Quanto às economias da área antes entendida como de “socialismo real” ocidental, que haviam continuado um modesto crescimento na década de 1980, desabaram completamente após 1989. Nessa região, a comparação das crises após 1989 com a Grande Depressão era perfeitamente adequada, embora subestimasse a devastação do início da década de 1990. O PIB da Rússia caiu 17% em 1990-1, 19% em 1991-2, e 11% em 1992-3. Embora tivesse se iniciado uma certa estabilização no início da década de 1990, a Polônia tinha perdido mais de 21% de seu PIB em 1988-92; a Tchecoslováquia, quase 20%; a Romênia e a Bulgária, 30% ou mais. Sua produção industrial, em meados de 1992, estava entre metade e dois terços da de 1989 (*Financial Times*, 24/2/94; EIB papers, 1992, p. 10).

O mesmo não se dava no Oriente. Nada era mais impressionante do que o contraste entre a desintegração das economias na região soviética e o espetacular crescimento da economia chinesa no mesmo período. Naquele país, e na verdade na maioria do sul e sudeste da Ásia, que saíram da década de 1970 como a região econômica mais dinâmica da economia mundial, o termo “Depressão” não tinha sentido — exceto, muito curiosamente, no Japão do início a década de 1990. Contudo, embora a economia mundial capitalista florescesse, não estava tranqüila. Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração — “pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade” —, reapareceram depois de 1973. O crescimento foi, mais uma vez, interrompido por várias depressões sérias, distintas das “recessões menores”, em 1974-5, 1980-2 e no fim da década de 1980. O desemprego na Europa Ocidental subiu de uma média de 1,5% na década de 1960 para 4,2% na de 1970 (Van der Wee, 1987, p. 77). No auge do *boom* em fins da década de 1980, estava numa média de 9,2% na Comunidade Européia, em 1993, 11%. Metade dos desempregados (1986-7) se achava sem trabalho há mais de um ano, um terço há mais de dois (*Human Development*, 1991, p. 184). Como a população trabalhadora potencial não era mais inflada, como na Era de Ouro, pela crescente inundação de bebês do pós-guerra, e como os jovens, em bons e maus tempos, tendiam a ter taxas de desemprego muito mais altas que os velhos trabalhadores, seria de esperar que o desemprego permanente diminuísse, se tanto.<sup>[121]</sup>

Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido, num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça (*New York Times*, 16/11/93). No Reino Unido (1989), 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como “sem teto” (*Human Development*, 1992, p. 31). Quem, na década de 1950, ou mesmo no início da de 1970, teria esperado isso?

O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica na nova era. Pelos padrões mundiais, as ricas “economias de mercado desenvolvidas” não eram — ou ainda não eram — particularmente injustas na distribuição de sua renda. Nas mais desigualitárias entre elas — Austrália, Nova Zelândia, EUA, Suíça — os 20% de famílias do topo recebiam, em média, entre oito e dez vezes mais

que o quinto de base, e os 10% de cima em geral levavam para casa entre 20% e 25% da renda total do país; somente os suíços, os neozelandeses do topo e os ricos de Cingapura e Hong Kong levavam muito mais para casa. Isso não era nada comparado com a desigualdade de países como Filipinas, Malásia, Peru, Jamaica ou Venezuela, onde eles ficavam com mais de um terço da renda total do país, e muito menos com Guatemala, México, Sri Lanka e Botsuana, onde levavam mais de 40%, para não falar do candidato a campeão mundial de desigualdade econômica, o Brasil.<sup>[122]</sup> Nesse monumento de injustiça social, os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda (*UN World Development*, 1992, pp. 276-7; *Human Development*, 1991, pp. 152-3, 186).<sup>[123]</sup>

Apesar disso, durante as Décadas de Crise, a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas “economias de mercado desenvolvidas”, principalmente desde que o quase automático aumento nas rendas reais a que as classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era de Ouro agora chegara ao fim. Tanto os extremos de pobreza e riqueza subiram, como subiu a gama de distribuição de renda entre eles. Entre 1967 e 1990, o número de negros americanos ganhando menos de 5 mil dólares (1990) e dos que ganhavam mais de 50 mil dólares cresceu à custa das rendas intermediárias (*New York Times*, 25/9/92). Como os países capitalistas ricos estavam muito mais ricos do que nunca e seu povo, em geral, estava agora protegido pelos generosos sistemas de previdência e seguridade social da Era de Ouro, havia menos inquietação social do que se poderia esperar, embora as finanças do governo se vissem espremidas entre enormes pagamentos de benefícios sociais, que subiam mais depressa que as rendas do Estado em economias cujo crescimento era mais lento do que antes de 1973. Apesar de esforços substanciais, dificilmente algum governo nacional nos países ricos — e sobretudo democráticos — e certamente não nos mais hostis à previdência social pública conseguiu reduzir a vasta proporção de suas despesas para esses fins, ou mesmo mantê-las sob controle.

[124]

Ninguém em 1970 esperara, e muito menos pretendia, que tudo isso acontecesse. No início da década de 1990, um clima de insegurança e ressentimento começara a espalhar-se até mesmo em muitos dos países ricos. Como veremos, isso contribuiu para que neles ocorresse o colapso de padrões políticos tradicionais. Entre 1990 e 1993, poucas tentativas se fizeram de negar que mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão. Ninguém afirmava a sério saber o que fazer a respeito, além de esperar que aquilo passasse. Apesar disso, o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era de Ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de Crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos.

Isso não ficou imediatamente óbvio porque — como sempre — a maioria dos políticos, economistas e homens de negócios não reconheceu a permanência da mudança na conjuntura econômica. Os programas políticos da maioria dos governos na década de 1970, e as políticas da maioria dos Estados, baseavam-se na suposição de que os problemas da década de 1970 eram apenas temporários. Um ano ou dois trariam a volta da velha prosperidade e

crescimento. Não havia necessidade de mudar os programas que haviam servido tão bem durante uma geração. Essencialmente, a história dessa década foi de governos comprando tempo — no caso de Estados do Terceiro Mundo e socialistas, muitas vezes pela entrada pesada no que esperavam fossem dívidas de curto prazo — e aplicando, as velhas receitas keynesianas de administração econômica. Na verdade, na maioria dos países capitalistas avançados, governos social-democratas ocuparam o poder em grande parte da década de 70, ou a ele retornaram após mal-sucedidos interlúdios conservadores (como na Grã-Bretanha em 1974 e nos EUA em 1976). Não era provável que abandonassem as políticas da Era de Ouro.

A única alternativa oferecida era a propagada pela minoria de teólogos econômicos ultraliberais. Mesmo antes do *crash*, a minoria havia muito isolada de crentes no livre mercado irrestrito já começara seu ataque ao domínio dos keynesianos e outros defensores da economia mista administrada e do pleno emprego. O zelo ideológico dos velhos defensores do individualismo era agora reforçado pela visível impotência e o fracasso de políticas econômicas convencionais, sobretudo após 1973. O recém-criado (1969) Prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após 1974 premiando Friedrich von Hayek em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman.<sup>[125]</sup> Após 1974, os defensores do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política. (Para ser justo com o professor von Hayek, ao contrário dos propagandistas comuns da Guerra Fria, ele não dizia haver tal ligação.)

A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. (Quem, por exemplo, tinha sequer considerado a imprevista combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento, para a qual se teve de inventar o termo “estagflação” na década de 1970?) Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão *a priori* da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social-democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do século XX, não porque ela ia ter problemas nas Décadas de Crise — como tiveram outros tipos de economia —, mas porque se baseava no “famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade” (*Financial Times*, 11/11/90). Por outro lado, o governo da sra. Thatcher na Grã-Bretanha era

impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associal, na verdade anti-social.

Eram posições dificilmente abertas à argumentação. Suponhamos, por exemplo, que se pudesse demonstrar que a melhor maneira de obter sangue para uso médico fosse comprando-o de qualquer um que estivesse disposto a vender um quartilho do seu a preço de mercado. Teria isso enfraquecido o sistema britânico de doadores voluntários gratuitos, tão eloqüente e vigorosamente apresentado por R. M. Titmuss em “*The gift relationship*” [O relacionamento de doação] (Titmuss, 1970)? É claro que não, embora Titmuss também a mostrado que a maneira britânica de doar sangue era tão eficiente quanto a maneira comercial, e mais segura.<sup>[126]</sup> Tudo mais sendo igual, para muitos de nós uma sociedade em que cidadãos estão dispostos a dar ajuda abnegada a companheiros humanos desconhecidos, por mais simbolicamente que seja, é melhor que uma em que não estão. No início da década de 1990, o sistema político italiano foi destruído por uma rebelião dos eleitores contra sua corrupção endêmica, não porque muitos italianos houvessem de fato sofrido com ela um grande número, talvez a maioria, se beneficiara — mas por motivos morais. Os únicos partidos políticos não varridos pela avalanche moral foram os não envolvidos no sistema. Os defensores da liberdade individual absoluta não se abalavam com as evidentes injustiças sociais do capitalismo de mercado irrestrito, mesmo quando (como no Brasil durante a maior parte da década de 1980) não produzia crescimento econômico. Por outro lado, os que acreditavam na igualdade e justiça social (como este autor) acolhiam a oportunidade de argumentar que mesmo o sucesso econômico capitalista deve basear-se com a máxima firmeza numa relativa distribuição igualitária de renda, como no Japão.<sup>[127]</sup> Era secundário que cada lado também traduzisse suas crenças fundamentais em argumentos pragmáticos, por exemplo, se a alocação de recursos através de preços de livre mercado era ideal ou não. Mas, claro, os dois lados tinham de produzir políticas para lidar com a diminuição do ritmo econômico.

A esse respeito, os defensores da economia da Era de Ouro não foram muito bem-sucedidos. Isso se deu em parte porque eles eram limitados por seu compromisso político e ideológico com o pleno emprego, com Estados de Bem-estar e com a política de consenso do pós-guerra. Ou melhor, estavam espremidos entre as demandas de capital e trabalho, quando o crescimento da Era de Ouro não mais permitia que lucros e rendas não comerciais igualmente aumentassem sem interferir uns com os outros. Nas décadas de 1970 e 1980, a Suécia, Estado social-democrata *par excellence*, manteve o pleno emprego com notável sucesso por meio de subsídios industriais, pela disseminação do trabalho e a impressionante expansão do emprego estatal e público, possibilitando assim uma admirável ampliação do sistema previdenciário. Mesmo assim, a política só pôde ser mantida com a contenção dos padrões de vida dos trabalhadores empregados, taxas de impostos punitivas sobre altas rendas e pesados déficits. Na impossibilidade de um retorno aos dias do Grande Salto Avante, estas não podiam ser medidas temporárias, e a partir de meados da década de 1980 elas foram revertidas. No fim do Breve Século XX, o “Modelo Sueco” batia em retirada mesmo em seu próprio país.

Contudo, o modelo foi também, e talvez ainda mais fundamentalmente, solapado pela globalização da economia após 1970, que pôs os governos de todos os Estados — com a possível exceção dos EUA, com sua enorme economia — à mercê de um incontável “mercado mundial”. (Além disso, era fato inegável que “o mercado” provavelmente desconfiaria muito mais de governos de esquerda do que de conservadores.) No início da

década de 1980, mesmo um país grande e rico como a França, então sob um governo socialista, achava impossível bombear unilateralmente sua economia. Dois anos depois da triunfal eleição do presidente Mitterrand, a França enfrentava uma crise na balança de pagamentos, e foi obrigada a desvalorizar sua moeda e a substituir o estímulo keynesiano de demanda pela “austeridade de face humana”.

Por outro lado, os neoliberais também estavam desorientados, como ia tornar-se óbvio no fim da década de 1980. Para eles não era problema atacar a rigidez, a ineficiência e o desperdício econômico tantas vezes abrigados sob as políticas de governo da Era de Ouro, uma vez que estas não eram mais mantidas à tona pela sempre crescente maré de prosperidade, emprego e rendas do governo daquela era. Havia um espaço considerável para aplicar o detergente neoliberal ao incrustado casco do muito bom navio da “Economia Mista”, com resultados benéficos. Mesmo a esquerda britânica acabaria admitindo que alguns dos implacáveis choques aplicados à economia britânica pela sra. Thatcher provavelmente eram necessários. Havia bons motivos para parte da desilusão com as indústrias administradas pelo Estado e com a administração pública, que se tomou tão comum na década de 1980.

Apesar disso, a simples crença em que o capital era bom e o governo mau (nas palavras do presidente Reagan, “o governo não era a solução, mas o problema”) não constituía uma política econômica alternativa. Tampouco, na verdade, podia ser para um mundo em que, mesmo nos EUA reaganistas, os gastos do governo central equivaliam a cerca de um quarto do Produto Nacional Bruto, e de fato, nos países desenvolvidos da Comunidade Européia, chegavam em média a mais de 40% do PNB (*World Development*, 1992, p. 239). Nacos tão enormes da economia podiam ser administrados de uma maneira objetiva e com um devido senso de custo/benefício (o que nem sempre se dava), mas não operavam nem podiam operar como mercados, mesmo quando ideólogos assim faziam parecer. De qualquer modo, a maioria dos governos neoliberais era obrigada a administrar e orientar suas economias, enquanto afirmava que apenas estimulava as forças do mercado. Além disso, não havia como reduzir o peso do Estado. Após catorze anos no poder, o mais ideológico dos regimes de livre mercado, a Grã-Bretanha thatcherista, na verdade taxava seus cidadãos um tanto mais pesadamente do que eles o tinham sido sob os trabalhistas.

Na verdade, não havia política econômica neoliberal única ou específica, a não ser após 1989 nos ex-Estados socialistas da região soviética, onde se fizeram algumas tentativas previsivelmente desastrosas, a conselho de geniozinhos econômicos ocidentais, de transferir de um dia para o outro as operações da economia para o livre mercado. O maior dos regimes neoliberais, os EUA do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao “monetarismo” de Milton Friedman, na verdade usou métodos keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos. Assim, longe de deixar o valor do dólar inteiramente entregue à integridade monetária e ao mercado, Washington, após 1984, voltou à administração deliberada através da pressão diplomática (Kuttner, 1991, pp. 88-94). Na verdade, os regimes mais profundamente comprometidos com a economia de *laissez-faire* eram também às vezes, e notadamente no caso dos EUA de Reagan e da Grã-Bretanha de Thatcher, profunda e visceralmente nacionalistas e desconfiados do mundo externo. O historiador não pode deixar de notar que as duas atitudes são contraditórias. De qualquer modo, o triunfalismo neoliberal não sobreviveu

aos reveses econômicos de inícios da década de 1990, nem talvez à inesperada descoberta de que a economia mais dinâmica e de crescimento mais rápido do globo, após a queda do comunismo soviético, era a da China comunista, o que levou professores de escolas de comércio ocidentais e autores de manuais de administração, um gênero florescente de literatura, a vasculhar as doutrinas de Confúcio em busca dos segredos do sucesso empresarial.

O que tornava os problemas econômicos das Décadas de Crise extraordinariamente perturbadores, e socialmente subversivos, era que as flutuações conjecturais coincidiam com convulsões estruturais. A economia mundial que enfrentava os problemas das décadas de 1970 e 1980 não era mais a da Era de Ouro, embora fosse, como vimos, o produto previsível daquela era. Seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou “transnacionalizado” em uma extensão extraordinária e com conseqüências impressionantes. Além disso, na década de 1970 tornou-se impossível ignorar as revolucionárias conseqüências sociais e culturais da Era de Ouro, discutidas em capítulos anteriores, assim como suas conseqüências ecológicas potenciais.

A melhor maneira de ilustrar tais conseqüências é através do trabalho e do desemprego. A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, jogando com isso pessoas para fora dos empregos. Supunha-se, corretamente, que o vasto crescimento da economia tornado possível por essa constante revolução industrial criaria automaticamente mais do que suficientes novos empregos em substituição aos velhos perdidos, embora as opiniões divergissem sobre o tamanho do corpo de desempregados necessário para a operação eficiente de uma tal economia. A Era de Ouro aparentemente confirmara esse otimismo. Como vimos (ver capítulo 10), o crescimento da indústria foi tão grande que o número e a proporção de trabalhadores industriais, mesmo nos países mais industrializados, não decresceram seriamente. Contudo, as Décadas de Crise começaram a dispensar mão-de-obra em ritmo espetacular, mesmo nas indústrias visivelmente em expansão. Entre 1950 e 1970, o número de telefonistas interurbanos nos EUA caiu 12%, enquanto o número de telefonemas aumentou cinco vezes; mas entre 1970 e 1980, caiu 40%, enquanto os telefonemas triplicaram (*Technology*, 1986, p. 328). O número de trabalhadores diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais.

Isso não ocorria apenas porque a nova divisão internacional do trabalho transferia indústrias de velhos países regionais e continentes para novos, transformando os velhos centros de indústria em “cinturões de ferrugem”, ou, ainda mais espectralmente, em paisagens urbanas semelhantes a operações plásticas onde todos os traços da antiga indústria haviam sido removidos. O surgimento de novos países industriais é impressionante. Em meados da década de 1980, sete desses países no Terceiro Mundo já consumiam 24% do aço do mundo e produziam 15% dele — ainda um indicador de industrialização tão bom quanto qualquer outro.<sup>[128]</sup> Além disso, num mundo de fluxos econômicos livres que cruzam fronteiras de Estados — exceto, caracteristicamente, de migrantes em busca de trabalho —, as indústrias de trabalho intensivo naturalmente migraram de países de altos salários para os de baixos salários, ou seja, dos ricos países centrais do capitalismo, como os EUA, para países da

periferia. Cada trabalhador empregado a tarifas texanas em El Paso era um luxo econômico quando havia um outro à mão, mesmo que inferior, por um décimo do salário do outro lado do rio, na Juárez mexicana.

Contudo, mesmo os países pré-industriais e os novos recém-industrializados eram governados pela lógica férrea da mecanização, que mais cedo ou mais tarde tornava até mesmo o mais barato ser humano mais caro que uma máquina capaz de fazer o seu trabalho, e pela lógica igualmente férrea da competição de livre comércio genuinamente mundial. Mesmo barato como é o trabalho no Brasil, em comparação com Detroit e Wolfsburg, a indústria automobilística em São Paulo enfrentava os mesmos problemas de crescente redundância de trabalho causada pela mecanização que em Michigan e na Baixa Saxônia, ou assim disseram ao autor líderes sindicais em 1992. O desempenho e a produtividade da maquinaria podiam ser elevados constantemente, e para fins práticos interminavelmente, pelo progresso tecnológico, e seu custo, dramaticamente reduzido. O mesmo não se dava com o desempenho dos seres humanos, como demonstra uma comparação das melhoras na velocidade do transporte aéreo com o recorde dos cem metros. De qualquer modo, o custo do trabalho humano não pode, por nenhum período de tempo, ser reduzido abaixo do custo necessário para manter seres humanos vivos num nível mínimo aceitável como tal em sua sociedade, ou na verdade em qualquer nível. Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico.

A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que — direta ou indiretamente — eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se chamou de “empregadores de último recurso” (*World Labour*, 1989, p. 48). O declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo, pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas. A economia mundial se expandia, mas o mecanismo automático pelo qual essa expansão gerava empregos para homens e mulheres que entravam no mercado de trabalho sem qualificações especiais estava visivelmente desabando.

Em outras palavras, o campesinato, que formara a maioria da raça humana em toda a história registrada, fora tornado supérfluo pela revolução agrícola, mas os milhões não mais necessários na terra eram, no passado, prontamente absorvidos por ocupações necessitadas de mão-de-obra em outros lugares, que exigiam apenas disposição para trabalhar, adaptação de habilidades rurais, como cavar e erguer paredes, ou capacidade de aprender no trabalho. Que aconteceria aos trabalhadores nessas ocupações quando por sua vez se tornassem desnecessários? Mesmo que alguns pudessem ser retreinados para os empregos de alta qualificação da era da informação, que continuavam a expandir-se (a maioria dos quais exigia cada vez mais educação superior), não havia suficientes empregos desse tipo para compensar

(*Technology*, 1986, pp. 7-9 e 335). Que aconteceria, aliás, aos camponeses do Terceiro Mundo que ainda fugiam em massa de suas aldeias?

Nos países ricos do capitalismo, agora esse trabalhadores tinham sistemas previdenciários a que recorrer, embora os que se tornavam permanentemente dependentes da previdência social sofressem, ao mesmo tempo, ressentimento e desprezo dos que se viam como ganhando a vida com o trabalho. Nos países pobres, entravam na grande e obscura economia “informal” ou “paralela”, em que homens, mulheres e crianças viviam, ninguém sabe exatamente como, por meio de uma combinação de pequenos empregos, serviços, expedientes, compra, venda e roubo. Nos países ricos, começavam a constituir ou reconstituir uma “subclasse” cada vez mais separada e segregada, cujos problemas eram *de facto* encarados como insolúveis, mas secundários, pois eles formavam apenas uma minoria permanente. A sociedade de gueto da população negra natural dos EUA<sup>[129]</sup> tornara-se o exemplo didático desse submundo social. Não que a “economia negra” estivesse ausente do Primeiro Mundo. Pesquisadores ficaram surpresos ao descobrir que no início da década de 1990 os 22 milhões de famílias da Grã-Bretanha tinham juntos mais de 10 bilhões de libras em dinheiro vivo, ou uma média de 420 libras por família, uma cifra tida como tão alta porque a “economia negra negocia em grande parte com dinheiro” (*Financial Times*, 18/10/93).

## II

A combinação de depressão com uma economia maciçamente projetada para expulsar a mão-de-obra humana criou uma acerba tensão que penetrou nas políticas das Décadas de Crise. Uma geração se acostumara ao pleno emprego ou à confiança em que o tipo de trabalho que alguém fazia certamente logo iria aparecer em algum lugar. Embora a depressão do início da década de 1980 houvesse trazido a insegurança de volta à vida dos trabalhadores nas indústrias manufatureiras, só no início da de 1990 os grandes setores de empregados de escritórios e profissionais liberais em países como a Grã-Bretanha sentiram que nem seus empregos, nem seus futuros estavam seguros: quase metade de todas as pessoas nas partes mais prósperas do país achava que poderia perder os seus. Foram tempos em que era provável que as pessoas, com os antigos estilos de vida já solapados e mesmo desmoronando (ver capítulos 10 e 11), perdessem suas referências. Terá sido por acaso que “dos dez maiores assassinatos em massa da história americana [...] oito ocorreram desde 1980”, tipicamente atos de homens brancos de meia-idade, em meados da casa dos trinta e quarenta, “após um prolongado período de solidão, frustração e raiva total”, e muitas vezes precipitados por uma catástrofe em suas vidas, como perda de emprego ou divórcio?<sup>[130]</sup> Será mesmo um acidente a “crescente cultura do ódio nos Estados Unidos”, que talvez os tenha encorajado (Butterfield, 1991)? Esse ódio sem dúvida se tornou audível nas letras da música popular na década de 1980, e evidente na cada vez mais escancarada crueldade do cinema e dos programas de TV.

Essa sensação de desorientação e insegurança produziu significativas fendas e rearranjos tectônicos na política dos países desenvolvidos, mesmo antes que o fim da Guerra Fria destruísse o equilíbrio internacional no qual se apoiava a estabilidade de várias democracias parlamentares ocidentais. Em tempos de dificuldades econômicas, os eleitores se

inclinam notoriamente a culpar qualquer partido ou regime que esteja no poder, mas a novidade das Décadas de Crise foi que a reação contra governos não beneficiou necessariamente as forças estabelecidas de oposição. Os maiores perdedores foram os partidos trabalhistas do Ocidente, cujo principal instrumento para satisfazer seus seguidores — ação econômica e social de governos nacionais — perdeu a força, enquanto o núcleo central desses seguidores, a classe trabalhadora, se desfazia em fragmentos (ver capítulo 10). Na nova economia transnacional, os salários internos estavam muito mais diretamente expostos à competição estrangeira que antes, e a capacidade dos governos de protegê-los era muito menor. Ao mesmo tempo, num período de depressão os interesses de várias partes do eleitorado social-democrata tradicional divergiam: aqueles cujos empregos eram (relativamente) seguros; os que estavam inseguros; os das regiões e indústrias velhas e sindicalizadas; os das novas indústrias nas áreas novas e não sindicalizadas; e as universalmente impopulares vítimas dos tempos ruins, que afundavam na “subclasse”. Além disso, desde a década de 1970 vários seguidores (sobretudo jovens e/ou classe média) abandonavam os principais partidos da esquerda por movimentos de mobilização mais especializados — notadamente os de defesa do “meio ambiente”, feministas e outros chamados “novos movimentos sociais” —, assim enfraquecendo-os. No início da década de 1990, governos trabalhistas e social-democratas tornaram-se tão incomuns quanto tinham sido na década de 1950, pois mesmo administrações nominalmente encabeçadas por socialistas abandonavam suas políticas tradicionais, querendo ou não.

As novas forças políticas que ocuparam esse vácuo eram um agrupamento misto, que ia dos xenófobos e racistas na direita, passando pelos grupos secessionistas (sobretudo mas não apenas étnicos/nacionalistas), até os vários partidos “Verdes” e outros “novos movimentos sociais” que reivindicavam um lugar na esquerda. Várias dessas forças políticas estabeleceram uma presença significativa na política de seus países, às vezes um domínio regional, embora no fim do Breve Século XX nenhuma houvesse de fato substituído os velhos *establishments* políticos. O apoio às outras flutuava loucamente. A maioria mais influente delas rejeitava o universalismo da política democrática e cidadã em favor da política de alguma identidade grupal, e conseqüentemente partilhava de uma visceral hostilidade a estrangeiros e gente de fora, e ao Estado abrangente da tradição revolucionária americana e francesa. Examinaremos adiante o surgimento da nova “política de identidade”.

Contudo, a importância desses movimentos está não tanto em seu conteúdo positivo como em sua rejeição à “velha política”. Dos mais formidáveis deles, diversos se apoiavam essencialmente nessa reivindicação negativa, por exemplo a Liga Nortista na Itália, os 20% do eleitorado americano que apoiaram um rico dissidente texano para presidente em 1992 ou, aliás, os eleitores do Brasil e Peru, que em 1989 e 1990 elegeram homens para a Presidência com base em que deviam ser dignos de confiança, pois nunca tinham ouvido falar neles antes. Na Grã-Bretanha, só o sistema eleitoral sistematicamente não representativo impediu o surgimento de um terceiro partido em vários momentos desde o início da década de 1970, quando os liberais, sós ou em combinação, ou em fusão com uma moderada dissidência social-democrata do Partido Trabalhista, conquistaram quase tanto apoio quanto um ou outro dos dois grandes partidos — ou mesmo mais. Desde o início da década de 1930, outro período de depressão, não houvera nada semelhante ao dramático colapso do apoio eleitoral, em fins da década de 1980 e inícios da de 1990, aos partidos estabelecidos com longas folhas

de serviço no governo — o Partido Socialista na França (1990), o Partido Conservador no Canadá (1993), os partidos do governo italiano (1993). Em suma, durante as Décadas de Crise as até então estáveis estruturas da política nos países capitalistas democráticos começaram a desabar. E o que é mais: as novas forças políticas que mostraram o maior potencial de crescimento foram as que combinavam demagogia populista, liderança pessoal altamente visível e hostilidade a estrangeiros. Os sobreviventes da era entreguerras tinham motivos para sentir-se desencorajados.

### III

Não foi muito notado que, mais uma vez a parti de 1970 mais ou menos, uma crise semelhante havia começado a solapar o “Segundo Mundo” das “economias centralmente planejadas”. Primeiro essa crise foi ocultada, depois acentuada pela inflexibilidade de seus sistemas políticos, de modo que a mudança, que a mudança, quando veio, foi repentina, como no fim da década de 1970, após a morte de Mao na China e em 1983-5 após a morte de Brejnev na URSS (ver capítulo 16). Economicamente, já estava claro em meados da década de 1960 que o socialismo centralmente planejado pelo Estado necessitava de reforma urgente. A partir da década de 1970, havia fortes sinais de regressão real. Foi o momento mesmo em que essas economias se viram expostas, como todas as demais — embora talvez não na mesma medida — aos incontroláveis movimentos e imprevisíveis flutuações da economia mundial transnacional. A entrada maciça da URSS no mercado internacional de grãos e o impacto das crises de petróleo da década de 1970 dramatizaram o fim do “campo socialista” como uma economia regional praticamente auto-suficiente, protegida dos caprichos da economia mundial.

Oriente e Ocidente estavam curiosamente amarrados não apenas pela economia transnacional, que nenhum dos dois podia controlar, mas pela estranha interdependência do sistema de poder da Guerra Fria. Isso, como vimos (ver capítulo 8), estabilizou as duas superpotências e o mundo entre elas, e por sua vez iria lançar as duas na desordem quando desabou. A desordem não era simplesmente política, mas econômica. Pois, com o súbito colapso do sistema político soviético, a divisão inter-regional de trabalho e a rede de dependência mútua que se haviam desenvolvido na esfera soviética também desabaram, obrigando países e regiões para ela programados a enfrentar individualmente o mercado mundial, para o qual não estavam equipados. Mas o Ocidente estava igualmente despreparado para integrar os restos do velho “sistema mundial paralelo” comunista em seu próprio mercado mundial, mesmo que quisesse, o que não queria a Comunidade Européia.<sup>[131]</sup> A Finlândia, uma das espetaculares histórias de sucesso econômico da Europa do pós-guerra, foi mergulhada numa grande depressão pelo colapso da economia soviética. A Alemanha, maior potência econômica da Europa, ia impor severas tensões à sua própria economia e à Europa como um todo, simplesmente porque seu governo (contra as advertências de seus banqueiros, deve-se dizer) subestimou completamente a dificuldade e os custos da absorção de uma parte relativamente minúscula da economia socialista, os 16 milhões de habitantes da República Democrática Alemã. Essas, contudo, foram conseqüências imprevistas do colapso soviético,

que quase ninguém esperava até acontecerem.

Apesar disso, entretanto, e como no Ocidente, idéias inconcebíveis tomavam-se concebíveis no Oriente; problemas invisíveis tornavam-se visíveis. Assim, tanto no Oriente como no Ocidente a defesa do meio ambiente tornou-se um importante tema de campanha na década de 1970, fosse a questão a defesa das baleias ou a preservação do lago Baikal na Sibéria. Em vista das restrições ao debate público, não podemos acompanhar exatamente o desenvolvimento de idéias críticas nessas sociedades, mas em 1980 economistas comunistas de primeira classe e antes reformistas dentro do regime, como János Kornai na Hungria, estavam publicando análises notavelmente negativas dos sistemas econômicos socialistas, e as implacáveis sondagens das deficiências do sistema social soviético, que se tornaram conhecidas em meados da década de 1980, vinham claramente sendo gestadas entre os acadêmicos de Novosibirsk e outras partes. É difícil estabelecer quando importantes comunistas desistiram de fato de suas crenças no socialismo, pois após 1989-91 essas pessoas tinham certo interesse em antedatar retrospectivamente sua conversão. O que era verdade na economia o era ainda mais patente na política, como iria mostrar a *perestroika* de Gorbachev, pelo menos nos países socialistas ocidentais. Com toda a sua admiração histórica e ligação a Lenin, há pouca dúvida de que muitos comunistas reformistas teriam querido abandonar grande parte da herança política do leninismo, embora poucos (fora do Partido Comunista italiano, pelo qual os reformadores do Leste se sentiam atraídos) estivessem dispostos a dizê-lo.

O que a maioria dos reformadores no mundo socialista teria desejado era transformar o comunismo em algo semelhante à democracia ocidental. Seu modelo era mais Estocolmo que Los Angeles. Não há sinal de que Hayek e Friedman tivessem muitos admiradores secretos em Moscou ou Budapeste. Seu azar foi que a crise dos sistemas comunistas coincidiu com a crise do capitalismo da Era de Ouro, que também foi a crise dos sistemas social-democratas. Azar ainda maior foi o súbito colapso do comunismo fazer com que um programa de transformação gradual parecesse ao mesmo tempo indesejável e impraticável e ocorrer quando o radicalismo total dos ideólogos do livre mercado puro se achava em (breve) triunfo no Ocidente capitalista. Essa, portanto, se tornou a inspiração teórica dos regimes pós-comunistas, embora na prática se mostrasse tão irrealizável lá quanto em qualquer outro lugar.

Contudo, embora de muitas formas as crises no Leste e no Oeste corressem paralelas e estivessem ligadas numa única crise global pela política e economia, elas diferiam em dois grandes aspectos. Para o sistema comunista, que pelo menos na esfera soviética era inflexível e inferior, tratava-se de uma questão de vida e morte, a que não sobreviveu. A sobrevivência do sistema econômico jamais esteve em questão nos países desenvolvidos do capitalismo, e, apesar do desmoronamento de seus sistemas políticos, tampouco estava, em questão ainda, a viabilidade desses sistemas. Isso pode explicar, embora não justificar, a implausível afirmação de um escritor americano de que, com o fim do comunismo, a história futura da humanidade seria a da democracia liberal. Só num aspecto vital esses sistemas se achavam em risco: sua existência futura como Estados territoriais individuais não estava mais assegurada. Contudo, no início da década de 90, nem um único dos Estados-nações ocidentais ameaçados com movimentos secessionistas se havia de fato dividido.

Durante a Era da Catástrofe, o fim do capitalismo parecera próximo. Grande Depressão podia ser descrita, como o título de um livro contemporâneo, como *The final crisis* [A crise

final] (Hutt, 1935). Poucos se mostravam seriamente apocalípticos em relação ao futuro imediato do capitalismo desenvolvido, embora um historiador e *marchand* francês predissesse firmemente o fim da civilização ocidental em 1976, com base no não insustentável argumento de que o impulso da economia americana, que carregara o resto do mundo capitalista para a frente antes, era agora uma força exaurida (Gimpel, 1992). Ele portanto esperava que a atual depressão fosse “continuar até bem adentrado o próximo milênio”. É simplesmente justo acrescentar que, até meados ou mesmo final da década de 1980, poucos também se mostravam apocalípticos em relação às perspectivas da URSS.

Contudo, precisamente por causa do maior e mais incontornável dinamismo da economia capitalista, a textura social das sociedades ocidentais fora muito menos profundamente minada que a das socialistas, e conseqüentemente, neste aspecto, a crise no Ocidente era mais séria. O tecido social da URSS e da Europa Oriental se despedaçou como conseqüência do colapso do sistema, e não como uma condição dele. Onde eram possíveis comparações, como entre as Alemanhas Ocidental e Oriental, parecia que os valores e hábitos da Alemanha tradicional tinham sido mais bem conservados sob a tampa do comunismo do que na região ocidental de milagres econômicos. Os emigrantes judeus da URSS para Israel lá reviveram o cenário musical clássico, pois vinham de um país onde ir a concertos ao vivo ainda fazia parte do comportamento culto, pelo menos para judeus. O público de concertos ainda não fora reduzido, na verdade, a uma pequena minoria sobretudo de meia-idade ou idosa.<sup>[132]</sup> Os habitantes de Moscou e Varsóvia se preocupavam menos com o que perturbava os de Nova York ou Londres: taxa de crime em visível ascensão, insegurança pública e violência imprevisível de jovens anômicos. Havia, obviamente, pouca exibição pública do tipo de comportamento que revoltava os socialmente conservadores ou convencionais, mesmo no Ocidente, que viam isso como um indício do colapso da civilização, e murmuravam sombriamente “Weimar”.

Até onde essa diferença entre Oriente e Ocidente se devia à maior riqueza das sociedades ocidentais e ao controle muito mais rígido do Estado no Oriente, é difícil estabelecer. Em alguns aspectos, Oriente e Ocidente haviam evoluído na mesma direção. Em ambos, as famílias se tornaram menores, os casamentos se desfaziam mais livremente que em outras partes, as populações dos Estados — ou, pelo menos, de suas regiões mais urbanizadas e industrializadas — mal se reproduziam, quando o faziam. Em ambos, até onde podemos distinguir, o domínio das religiões ocidentais tradicionais foi drasticamente enfraquecido, embora pesquisadores religiosos afirmassem que havia uma revivescência do sentimento religioso na Rússia pós-soviética, mas não na freqüência aos ofícios. Como mostraram os fatos depois de 1989, as mulheres polonesas se tornaram tão relutantes a deixar a Igreja Católica ditar seus hábitos sexuais quanto as italianas, embora na era comunista os poloneses houvessem mostrado uma ardente ligação com a Igreja, por motivos nacionalistas e anti-soviéticos. Os regimes comunistas visivelmente ofereciam menos espaço social para subculturas, contraculturas e submundos de todos os tipos, e reprimiam a dissidência. Além disso, era provável que pessoas que haviam passado pelos períodos de terror verdadeiramente implacável e indiscriminado, que rechearam a história da maioria desses Estados, mantivessem a cabeça baixa mesmo quando o exercício do poder se tornou mais brando. Apesar disso, a relativa tranqüilidade da vida socialista não se devia ao medo. O sistema isolava seus cidadãos do pleno impacto da transformação social ocidental porque os

isolava do pleno impacto do capitalismo ocidental. Qualquer mudança que tenham sofrido veio por meio do Estado ou da sua reação ao Estado. O que o Estado não decidiu mudar continuou em grande parte como era antes. O paradoxo do comunismo no poder é que ele era conservador.

#### IV

Sobre a vasta área do Terceiro Mundo (incluindo as partes que agora se industrializavam), dificilmente será possível fazer generalizações. Na medida do possível, tentei examinar seus problemas como um todo nos capítulos 7 e 12. As Décadas de Crise, como vimos, afetaram as regiões de maneiras bastante diferentes. Como vamos comparar a Coreia do Sul, onde a propriedade de aparelhos de televisão passou de 6,4% da população para 99,1% nos quinze anos de 1970 a 1985 (Jon, 1993), com um país como o Peru, onde metade da população se achava abaixo da linha da pobreza — mais que em 1972 — e o consumo *per capita* estava caindo (*Anuario*, 1989), para não mencionar os devastados países da África subsaariana? As tensões num subcontinente como a Índia eram as de uma economia em crescimento e as de uma sociedade em transformação. As de áreas como Somália, Angola e Libéria eram de países em dissolução, num continente cujo futuro poucos viam com otimismo.

Só uma generalização era bastante segura: desde 1970, quase todos os países dessa região haviam mergulhado profundamente em dívida. Em 1990, iam dos três gigantes da dívida internacional (60 bilhões a 110 bilhões de dólares) — Brasil, México e Argentina —, passando pelos outros 28 que deviam mais de 10 bilhões cada, até as arraias-miúdas que deviam 1 ou 2 bilhões. O Banco Mundial (que tinha motivos para saber) contava apenas sete economias, entre as 96 de “baixa” e “média renda” que acompanhava, que tinham dívidas externas substancialmente abaixo de 1 bilhão de dólares — países como Lesoto e Chade —, e mesmo essas eram muitas vezes maiores que vinte anos antes. Em termos mais realistas, em 1980 seis países tinham uma dívida praticamente tão grande quanto todo o seu PNB, ou maior; em 1990, 24 países deviam mais do que produziam, incluindo *toda* a África subsaariana, tomando-se a região como um todo. Os países mais pesadamente endividados, relativamente, não surpreendentemente se encontravam na África (Moçambique, Tanzânia, Somália, Zâmbia, Congo, Costa do Marfim), alguns perturbados pela guerra, outros pelo colapso do preço de suas exportações. Contudo, os países que tinham de suportar o custo mais pesado do serviço dessas imensas dívidas, quer dizer, onde elas equivaliam a um quarto ou mais das exportações do país, achavam-se ainda mais regularmente espalhados. Na verdade, entre as regiões do mundo, a África subsaariana estava um tanto abaixo dessa cifra, em melhores condições sob esse aspecto do que o sul da Ásia, a América Latina e o Caribe e o Oriente Médio.

Praticamente nada desse dinheiro tinha probabilidade de um dia ser pago, mas enquanto os bancos continuassem a ganhar juros sobre ele — uma média de 9,6% em 1982 (UNCTAD) —, não se incomodavam. Houve um momento de verdadeiro pânico no início da década de 1980, quando, começando com o México, os grandes devedores latino-americanos não mais puderam pagar, e o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso, pois vários dos maiores bancos tinham emprestado seu dinheiro com tal volúpia na década de 1970 (quando

os petrodólares entravam a rodo, clamando por investimento) que agora ficariam tecnicamente na bancarrota. Por sorte para a economia dos países ricos, os três gigantes latinos da dívida não agiram em conjunto, fizeram-se acordos separados para programar as dívidas, e os bancos, apoiados por governos e agências internacionais, tiveram tempo de ir cancelando contabilmente, aos poucos, os bens perdidos e mantendo a solvência técnica. A crise da dívida continuou, mas não era mais potencialmente fatal. Esse foi provavelmente o momento mais perigoso para a economia mundial capitalista desde 1929. A história completa ainda está por ser escrita.

Enquanto suas dívidas cresciam, os bens reais ou potenciais dos Estados pobres não o faziam. A economia mundial capitalista, que julga exclusivamente por lucro ou lucro potencial, decidiu claramente cancelar uma grande parte do Terceiro Mundo nas Décadas de Crise. Das 42 “economias de baixa renda” em 1970, dezenove tinham zero investimento estrangeiro líquido. Em 1990, os investidores estrangeiros diretos tinham perdido todo o interesse em 26. Na verdade, havia substancial investimento (mais de 500 milhões de dólares) em apenas catorze de quase cem países de baixa e média renda fora da Europa, e investimento maciço (de cerca de 1 bilhão para cima) em apenas oito, dos quais quatro estavam no leste e sudeste da Ásia (China, Tailândia, Malásia, Indonésia) e três na América Latina (Argentina, México, Brasil).<sup>[133]</sup> A economia mundial transnacional, cada vez mais integrada, não ignorou inteiramente as regiões prescritas. As menores e mais pitorescas tinham potencial como paraísos turísticos e refúgios *offshore* dos controles de governos, e a descoberta de algum recurso conveniente num território até então desinteressante podia muito bem mudar a situação. Contudo, no todo, grande parte do mundo caía fora da economia mundial. Após o colapso do bloco soviético, esse pareceu ser também o caso da área entre Trieste e Vladivostok. Em 1990, os únicos ex-Estados socialistas da Europa Oriental que atraíam algum investimento estrangeiro líquido eram a Polônia e a Tchecoslováquia (*World Development*, 1992, tabelas 21, 23 e 24). Dentro da vasta área da ex-URSS, havia visivelmente distritos ou repúblicas ricos em recursos que atraíam algum dinheiro sério, e zonas que eram abandonadas à própria sorte miserável. De uma maneira ou de outra, a maior parte do ex-Segundo Mundo estava sendo assimilada a um *status* de Terceiro Mundo.

O principal efeito das Décadas de Crise foi assim ampliar o fosso entre países ricos e pobres. O verdadeiro PIB *per capita* da África subsaariana caiu de 14% do dos países industriais para 8% entre 1960 e 1987; o dos países “menos desenvolvidos” (que incluíam africanos e não africanos), de 9% para 5%.<sup>[134]</sup> (*Human Development*, 1991, tabela 6).

## V

Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado-nação territorial, pois um Estado assim já não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos. Organizações cujo campo de ação era efetivamente limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, saíram portanto perdendo, enquanto organizações não limitadas desse jeito, como empresas

transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite, saíram ganhando. O desaparecimento das superpotências, que podiam de qualquer modo controlar os Estados-satélites, iria reforçar essa tendência. Mesmo a mais insubstituível função que os Estados-nações haviam desenvolvido durante o século, a de redistribuir sua renda entre suas populações através das “transferências sociais” dos serviços de previdência, educação e saúde, e outras alocações de fundos, não mais podia ser territorialmente auto-suficiente em teoria, embora a maior parte tivesse de continuar sendo na prática, a não ser onde entidades supranacionais como a Comunidade ou União Européias a complementasse em alguns aspectos. Durante o auge dos teólogos do livre mercado, o Estado foi solapado mais ainda pela tendência de desmontar atividades até então exercidas, em princípio, por órgãos públicos deixando-as entregues ao “mercado”.

Paradoxalmente, mas talvez não surpreendentemente, esse enfraquecimento do Estado-nação foi acompanhado de uma nova moda de recortar os velhos Estados-nações territoriais em supostos Estados novos (menores), baseados sobretudo na exigência, por algum grupo, de um monopólio étnico-lingüístico. Para começar, o surgimento de tais movimentos autonomistas e separatistas, sobretudo após 1970, era basicamente um fenômeno ocidental, observável na Grã-Bretanha, Espanha, Canadá, Bélgica e até na Suíça e Dinamarca, mas também, a partir do início da década de 1970, no menos centralizado dos Estados socialistas, a Iugoslávia. A crise do comunismo espalhou-o para o Oriente, onde iriam se formar após 1991 mais Estados novos e nominalmente nacionais que em qualquer outra época do século XX. Até a década de 1990, o fenômeno praticamente não afetou o hemisfério ao sul da fronteira canadense. Nas áreas onde as décadas de 1980 e 1990 trouxeram o colapso e desintegração de Estados, como no Afeganistão e em partes da África, a alternativa para o velho Estado não era tanto uma divisão em novos Estados, mas a anarquia.

O fato foi paradoxal, pois era perfeitamente claro que os novos mini-Estados-nações sofriam precisamente das mesmas deficiências dos velhos, só que, sendo menores, mais ainda. Era menos surpreendente do que parecia, simplesmente porque o único modelo de Estado de fato existente no fim do século XX era o do território delimitado com suas próprias instituições autônomas — em suma, o modelo de Estado-nação da Era das Revoluções. Além disso, desde 1918 todos os regimes se achavam comprometidos com o princípio de “auto-determinação nacional”, que fora cada vez mais sendo definido em termos étnico-lingüísticos. Nesse aspecto, Lenin e o presidente Wilson concordavam. Tanto a Europa dos tratados de paz de Versalhes quanto o que se tornou a URSS foram concebidos como reuniões desses Estados-nações. No caso da URSS (e da Iugoslávia, que depois seguiu seu exemplo), foram reuniões de Estados-nações que, em teoria — embora não na prática —, mantinham seu direito de secessão.<sup>[135]</sup> Quando essas uniões se desfizessem, naturalmente seria ao longo de linhas de divisão predeterminadas.

Contudo, na verdade o novo nacionalismo separatista das Décadas de Crise era um fenômeno bastante diferente da criação do Estado-nação do século XIX e princípios do XX. Era de fato uma combinação de três fenômenos. Um era a resistência dos Estados-nações existentes à sua demolição. Isso se tornou cada vez mais claro na década de 1980, com as tentativas de membros ou membros potenciais da Comunidade Européia, às vezes de colorações políticas largamente diferentes, como a Noruega e a Grã-Bretanha da sra. Thatcher, de reter sua autonomia regional, em assuntos que achavam importantes, dentro da

estandardização européia. Contudo, era significativo que o principal esteio tradicional de autodefesa do Estado-nação, o protecionismo, estivesse incomparavelmente mais fraco nas Décadas de Crise do que na Era da Catástrofe. O livre comércio global continuou sendo o ideal e, em medida surpreendente, a realidade — mais ainda após a queda das economias comandadas por Estados —, embora vários Estados desenvolvessem métodos até então não conhecidos de proteger-se contra a competição estrangeira. Os japoneses e franceses eram tidos como especialistas nisso, mas provavelmente o sucesso dos italianos em manter a parte do leão de seu mercado interno de automóveis em mãos italianas (isto é, a Fiat) foi mais impressionante. Apesar disso, essas eram ações de retaguarda, mesmo tendendo a ser cada vez mais encarniçadas e às vezes bem-sucedidas. Eram provavelmente contestadas com mais ira onde a questão não era simplesmente econômica, mas de identidade cultural. Os franceses, e em menor medida os alemães, lutaram para manter os vastos subsídios a seus camponeses, não apenas porque os agricultores representavam votos vitais, mas também por sentirem sinceramente que a destruição da agricultura camponesa, por mais ineficiente e não competitiva que fosse, iria significar a destruição de uma paisagem, de uma tradição, de uma parte do caráter da nação. Os franceses, apoiados por outros europeus, resistiam à exigência americana de livre comércio em filmes e produtos audiovisuais, e não apenas porque isso teria inundado suas telas públicas e privadas de produtos americanos, dado que a indústria de diversões com base nos EUA (embora a essa altura de propriedade internacional e internacionalmente controlada) restabelecera um monopólio mundial potencial na escala do poder da velha Hollywood. Também achavam, intolerável e com razão, que puros cálculos de custo e lucratividade comparativos levassem ao fim da produção cinematográfica em língua francesa. Quaisquer que fossem os argumentos econômicos, havia coisas na vida que tinham de ser protegidas. Algum governo pensaria seriamente em destruir a Catedral de Chartres ou o Taj Mahal, se se pudesse demonstrar que a construção de um hotel de luxo, um *shopping center* e um centro de conferências no local (supondo-se que fosse vendido a compradores privados) traria um acréscimo líquido maior ao PIB do país do que o movimento turístico existente? A pergunta só precisava ser feita para ser respondida.

O segundo é mais bem descrito como o egoísmo coletivo da riqueza, e refletia as crescentes disparidades entre continentes, países e regiões. Governos de Estados-nações anacrônicos, centralizados ou federais, além de entidades supranacionais, como a Comunidade Européia, tinham aceitado a responsabilidade pelo desenvolvimento de todos os seus territórios e, portanto, em certa medida, pela equalização de fardos e benefícios por todos eles. Isso significava que as regiões mais pobres e atrasadas eram subsidiadas (através de algum sistema de distribuição central) pelas ricas e mais avançadas, ou mesmo recebiam preferência em investimentos a fim de reduzir seu atraso. A Comunidade Européia foi suficientemente realista para só admitir como membros Estados cujos atraso e pobreza não impusessem grande tensão sobre o resto, um realismo inteiramente ausente da NAFTA (Área de Livre Comércio Norte-Americana) de 1993, que atrelou os EUA e o Canadá (PNB *per capita* de 1990 de cerca de 20 mil dólares) ao México, que tinha um oitavo desse PNB *per capita*.<sup>[136]</sup> A relutância de áreas ricas a subsidiar as pobres há muito era conhecida do governo local, sobretudo nos EUA. O problema do “deteriorado centro das cidades”, habitado pelos pobres, e com uma base de impostos encolhendo por causa da fuga para as áreas residenciais, deveu-se em grande parte a isso. Quem queria pagar pelos pobres? Áreas

residenciais ricas de Los Angeles, como Santa Mônica e Malibu, preferiram separar-se da cidade, e no início da década de 1990 Staten Island votou por sua separação de Nova York pelo mesmo motivo.

Parte do separatismo nacionalista das Décadas de Crise visivelmente se alimentava desse egoísmo coletivo. A pressão para a divisão na Iugoslávia vinha da Eslovênia e da Croácia “européias”; e a pressão pela divisão da Tchecoslováquia, da vociferantemente “ocidental” República Tcheca. A Catalunha e o país basco eram as partes mais ricas e mais “desenvolvidas” da Espanha, e os únicos sinais de separatismo significativo na América Latina vinham do estado mais rico do Brasil, Rio Grande do Sul. O mais puro exemplo do fenômeno foi o súbito surgimento em fins da década de 1980 da Liga Lombarda (depois: Liga Nortista), que visava à secessão da região cujo centro é Milão, a “capital econômica” da Itália, de Roma, a capital política. A retórica da Liga, com suas referências a um glorioso passado medieval e ao dialeto lombardo, era a de sempre em qualquer agitação nacionalista, mas a verdadeira questão era o desejo da região rica de manter seus recursos para si mesma.

Possivelmente o terceiro elemento era, principalmente, uma resposta à “revolução cultural” da segunda metade do século, à extraordinária dissolução de normas, texturas e valores sociais tradicionais que deixou tantos dos habitantes do mundo desenvolvido órfãos e sem herança. Jamais a palavra “comunidade” foi usada mais indiscriminada e vaziamente do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tornaram difíceis de encontrar na vida real — a “comunidade de informações”, a “comunidade de relações públicas”, a “comunidade gay”. O surgimento de “grupos de identidade” — agrupamentos humanos aos quais a pessoa podia “pertencer”, inequivocamente e sem incertezas e dúvidas — foi observado a partir de fins da década de 1960 por escritores nos sempre autovigilantes EUA. A maioria deles, por motivos óbvios, apelava para uma “etnicidade” comum, embora outros grupos de pessoas que buscavam o separatismo coletivo usassem a mesma linguagem nacionalista (como quando ativistas homossexuais falavam em “nação homossexual”).

Como sugere o surgimento desse fenômeno no mais sistematicamente multiétnico dos Estados, a política de grupos de identidade não tinha ligação intrínseca com “autodeterminação nacional”, isto é, com o desejo de criar Estados territoriais identificados com um determinado “povo”, que era a essência do nacionalismo. A secessão não fazia sentido para negros ou italianos americanos, nem fazia parte de sua política étnica. Os políticos ucranianos no Canadá não eram ucranianos, mas canadenses.<sup>[137]</sup> Na verdade, a essência da política étnica ou assemelhada em sociedades urbanas, ou seja, sociedades quase por definição heterogêneas, era competir com outros grupos semelhantes por uma fatia dos recursos do Estado não étnico, usando a ferramenta política da lealdade grupal. Os políticos eleitos para os distritos eleitorais municipais de Nova York, divididos para dar representação específica a blocos de votação latinos, orientais e homossexuais, queriam mais da cidade de Nova York, não menos.

O que a política de identidade étnica teve em comum com o nacionalismo étnico *fin-de-siècle* foi a insistência em que a identidade de grupo da pessoa consistia numa característica existencial, supostamente primordial, imutável e portanto permanente, partilhada com outros membros do grupo e com mais ninguém. O exclusivismo era-lhe absolutamente essencial, pois as diferenças de fato que separavam as comunidades humanas umas das outras eram atenuadas. Jovens judeus americanos buscavam suas “raízes” quando as coisas que os marcavam